

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Beatriz Moreira Leite (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Adriana de Fátima Franco (Orientadora). E-mail: psicobeamoreira@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Ciências Humanas / Psicologia

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Exclusão Escolar; Psicologia Histórico-Cultural.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar resultados parciais de uma pesquisa de Iniciação Científica em andamento, cujo objetivo é analisar a produção científica recente sobre a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual no Ensino Fundamental I. Para tanto, esta investigação compõe uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em uma revisão de literatura de estudos de campo sobre a temática. A seleção do material foi realizada na base de dados *Google Acadêmico*, com um recorte temporal de 5 anos, compreendendo os artigos publicados em periódicos de 2020 a 2024. A análise fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-cultural. Os resultados apontam que a maioria das pesquisas possui como foco análises de aspectos parciais da problemática, desarticulando a unidade ensino-mediação-aprendizagem e não abrangendo as determinações histórico-sociais que estruturam a exclusão escolar. Ademais, os resultados indicam fragilidades no campo de pesquisa, como ausência de referenciais teóricos explícitos, incongruências metodológicas e necessidade de aprofundamento na produção e análise dos dados apresentados. Esse cenário é compreendido como reflexo de um processo mais amplo de precarização da ciência, que, sob a lógica do capital, transforma o conhecimento em mercadoria, produzindo resultados que pouco contribuem para análise e transformação da realidade. Destaca-se a importância de abordagens teóricas críticas que compreendem o desenvolvimento humano como processo mediado pela ação pedagógica e pela apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos, construindo uma produção científica comprometida com a superação do fenômeno da exclusão.

INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com deficiência trata-se de um debate recente na história, expressão de uma sociedade marcada pela segregação e exclusão. A educação inclusiva, ao propor o direito de todos à participação na escola, representa um avanço em termos de garantia legal, mas sua efetivação prática ainda se mostra permeada por contradições. Com base na pesquisa em âmbito nacional realizada pelo IBGE (2023) em 2022, constatou-se a taxa de analfabetismo de pessoas com

deficiência em 19,5%, contra 4,1% entre pessoas sem deficiência. Referente ao nível de instrução, o percentual de pessoas a partir de 25 anos que concluíram a educação básica obrigatória foi de 25,6% para pessoas com deficiência e 57,3% para pessoas sem deficiência. Diante desse panorama, nota-se, no contexto brasileiro, um descompasso entre as diretrizes nas políticas educacionais voltadas à Educação Especial e a realidade vivenciada no sistema de ensino. Segundo Martins (1992, p. 32 *apud* Patto, 2022, p. 656), a inclusão faz parte da lógica da exclusão que estrutura o sistema capitalista: “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo [...] O problema está justamente nessa inclusão”. Para Patto (2022, p. 656), trata-se de “uma inclusão *precária e instável, marginal*”, constituindo outra categoria de exclusão: o aluno de inclusão. Tendo em vista esse cenário, este estudo busca dissertar sobre a questão: *Como a produção científica tem abordado os fenômenos de inclusão e exclusão de alunos com Deficiência Intelectual inseridos no sistema de ensino regular?* Mediante a realização de uma revisão de literatura na base de dados *Google Acadêmico*, constatou-se que, apesar dos avanços na produção científica acerca da inclusão, ainda há pontos importantes para a construção de uma ciência que produza avanços no debate. Diante disso, justifica-se a relevância desta investigação. Este estudo apresenta os resultados parciais de uma Pesquisa de Iniciação Científica em andamento, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), tendo como objetivo analisar criticamente a produção científica recente sobre a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual (DI) no Ensino Fundamental I.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica. Foi realizado uma revisão de literatura na base de dados *Google Acadêmico*, em busca de pesquisas de campo que discutam aspectos da inclusão de pessoas com DI em salas de aula regulares no Brasil no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), com recorte temporal de 5 anos, compreendendo os artigos publicados em periódicos de 2020 a 2024. Na busca, foram utilizados os descritores: *Inclusão Escolar, Exclusão Escolar, Deficiência Intelectual, Ensino Regular, Anos Iniciais Ensino Fundamental, Estudos de Caso, Estudo Longitudinal e Pesquisa de Campo*. A partir da leitura do título e do resumo, foram encontrados 53 artigos que tratavam da inclusão de alunos com DI. Após a leitura da metodologia, foram excluídos 37 artigos que possuíam natureza teórico-bibliográfica. Por fim, foram selecionados 16 textos (Nunes; Manzini, 2020; Paixão; Lustosa, 2020; Silva; Elias, 2020; Ribeiro; Galviani, 2020; Silva; Xerinda; Vidal 2021; Sulzbach; Bucher-Malusckhe; Penso, 2021; Martins; Dragone, 2021; Pinheiro, Silva; Heredero, 2021; Pereira; Victor, 2021; Silva; Frison, 2021; Lira; Braga; Silva, 2022; Silva; Elias, 2022; Fonseca; Costa, 2022; Domingos; Casagrande, 2023; Scheffel; Moura, 2023; Andrade; Lucena; Silva, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A própria produção científica analisada revela limitações importantes. Diante da análise dos estudos, evidencia-se que a pesquisa produzida acerca da inclusão

de alunos com DI, na maior parte das produções acadêmicas selecionadas, concentra-se em uma análise de caráter micro, centrada nas práticas docentes (25%), nas concepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo (20,8%) - alunos, professoras e famílias -, e na socialização ou relações interpessoais dos alunos com DI (16,7%). A esfera macroestrutural do fenômeno aparece pouco ou não é retratada nas análises. Nesse movimento, há a iminência de responsabilizar professores ou alunos pela inclusão, deslocando o problema para o campo das competências individuais ou práticas isoladas. Conforme Patto (2022), a análise dos problemas de escolarização não pode se limitar ao plano micro das ações individuais, uma vez que desconsidera as determinações sociais que produzem e conservam a exclusão escolar, erro já cometido historicamente pela Psicologia. Além disso, para a autora, a exclusão é uma regra estruturante do sistema capitalista, que marginaliza aqueles que não se enquadram nas exigências de produtividade e consumo. Assim, compreender a inclusão escolar exige considerar a exclusão produzida pelo capitalismo, cuja natureza inviabiliza um modelo pleno de inclusão social (Carvalho; Martins, 2012).

Ademais, constata-se a análise de aspectos parciais da problemática, oscilando entre um elemento ou outro do processo, não abarcando a tríade ensino-aprendizagem-desenvolvimento. Porém, segundo Magalhães e Martins (2020, p. 4), o desenvolvimento e o ensino são indissociáveis, compondo uma unidade dialética: “só há desenvolvimento se houver ensino, assim como só há ensino se houver aprendizagem”. A análise fragmentada dessa relação pode fragmentar a aprendizagem da mediação, levando a interpretações que a reduzem a um déficit individual, em vez de compreendê-la como fenômeno social e relacional.

Outro ponto de destaque é que, dentre os 16 artigos selecionados, 10 não apresentam, de forma explícita, o referencial teórico que sustenta suas análises. Tal omissão tem profundas implicações epistemológicas, éticas e políticas, assumindo contornos ainda mais graves no campo da Psicologia, uma vez que toda produção científica reflete visões de Homem, de sociedade, de desenvolvimento e de aprendizagem - não partem do ponto zero da neutralidade (Patto, 2022). Logo, essa omissão teórica acentua o risco de reproduzir visões naturalizantes sobre a DI. Por fim, foram identificadas incongruências metodológicas. No estudo de Andrade, Lucena e Silva (2024), por exemplo, declara-se o uso de entrevistas como instrumento de coleta de dados no resumo, mas, ao longo do texto, observa-se que foram utilizados formulários on-line. Soma-se a isso a formulação de perguntas superficiais, como *Você acha que a inclusão é importante? Sim ou não*, que não permite compreender os processos de inclusão e exclusão em sua complexidade.

Apesar das limitações apontadas, é importante destacar os avanços da produção científica na área da inclusão escolar. Observou-se uma quantidade significativa de publicações voltadas à inclusão de alunos com DI, o que evidencia a crescente visibilidade e relevância do tema, refletindo uma preocupação social em garantir uma educação para todos. Os estudos analisados trouxeram dados relevantes sobre a realidade da inclusão, oferecendo subsídios importantes para a compreensão de práticas pedagógicas, desafios enfrentados pelos docentes na inclusão de alunos com DI. É necessário considerar que o enfoque voltado,

centralmente, aos aspectos micro e a análise de aspectos pontuais presentes em muitos trabalhos podem estar relacionados a fatores estruturais que atravessam a própria prática científica, como o tempo reduzido para a realização das pesquisas, a escassez de recursos financeiros e as pressões oriundas da lógica produtivista, que impõe ao pesquisador a demanda por publicar mais em menos tempo. Esses elementos não apenas influenciam o recorte e a profundidade das investigações, como também revelam contradições do próprio campo acadêmico.

CONCLUSÕES

Diante do objetivo de analisar criticamente a produção científica recente sobre a inclusão de alunos com DI no Ensino Fundamental I, a presente pesquisa evidenciou limites e avanços nos artigos analisados. Conclui-se a necessidade da fundamentação em abordagens teóricas críticas, que possibilite uma análise do fenômeno da exclusão escolar em sua complexidade, abarcando seus atravessamentos sociais, culturais e econômicos, para a construção de uma produção científica comprometida com a superação do fenômeno da exclusão.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Profissional (CNPq), órgão de fomento à pesquisa. Agradeço profundamente pelo apoio, o qual possibilitou esta produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. R. D.; MARTINS, L. M. A sociedade capitalista e a inclusão/exclusão. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M. TULESKI, S. C. (orgs.). **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2012. p. 19-32

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Pessoas com deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

MAGALHÃES, G. M.; MARTINS, L. M. Onze teses sobre a relação entre psicologia educacional e pedagogia escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-21, 2020.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.